

08-0190/2007

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO D COM PROCESSO

08 - 0190 / 2007

DE

2007

MATÉRIA LEGISLATIVA:

RDP

08 - 0190 / 2007

DE

19/09/2007

PROMOVENTE:

VEREADOR

DONATO

EMENTA:

REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PARA AVERIGUAR A LEGALIDADE DE TODOS OS CONTRATOS E
LICITAÇÕES REALIZADOS PELA COORDENADORIA DE GESTÃO DE BENS
E SERVIÇOS - CGBS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO.

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
18/10/2010 17:48:46

00000006263-41



ARQUIVADO EM 09 / 02 / 09

Viviane

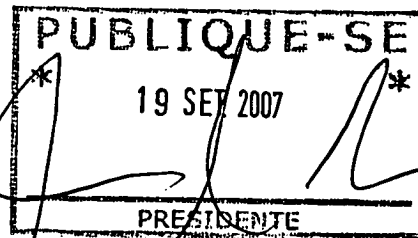
CHEFE DE SEÇÃO
VIVIANE FERREIRA PÓ
Supervisora
SGP-33



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 01 do proc.
Nº 08-190 de 01

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
Nº 100.406



12007

REQUERIMENTO " " N.º

08 - RDP
08- 0190/2007

Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a legalidade de todos os contratos e licitações realizados pela Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços - CGBS, da Secretaria Municipal de Gestão.

CONSIDERANDO os diversos problemas ocorridos na gestão dos contratos de fornecimento de leite ao Programa Leve-Leite, que resultaram no não fornecimento do leite integral aos alunos da rede municipal por aproximadamente 03 meses consecutivos;

CONSIDERANDO que a Municipalidade contratou, sem licitação, a empresa Nestlé Brasil Ltda para o fornecimento de leite em pó integral ao Programama Leve-Leite;

CONSIDERANDO as inúmeras denúncias de munícipes relatando que a Municipalidade de São Paulo não tem entregado leite em pó

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

19 SET 2007

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob

nº 02.209

Em 09.10.19

Ass: _____

Ad

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 02 do proc.
Nº 08-190 de 07
Adelina Pires - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

integral aos alunos da rede, **mas sim leite em pó integral misturado com lecitina de soja, fabricado e entregue pela Nestlé através do mencionado contrato emergencial que, em suas especificações, veda veementemente o fornecimento de leite em pó composto de lecitina de soja;**

CONSIDERANDO as suspeitas de favorecimentos promovidos pela Secretaria Municipal de Gestão à empresa Nestlé Brasil Ltda no edital de licitação destinado a promover a aquisição de sopas desidratadas (Pregão 047/2007), conforme bem relatou o Jornal Folha de São Paulo, na edição do dia 12 de setembro de 2007, cuja matéria segue em anexo;

CONSIDERANDO ainda as denúncias apresentadas pelo Jornal Folha de São Paulo, na sua edição do dia 11 de setembro de 2007 (em anexo), relatando que as empresas contratadas para o fornecimento de merenda escolar estão racionando produtos,

REQUEREMOS, com fundamento no artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito com 9 (nove) membros e duração de 120 (cento e vinte) dias, destinada a averiguar a legalidade de todos os contratos e licitações realizados pela Secretaria Municipal de Gestão, a partir de 01 de janeiro de 2005, provenientes da sua Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 03 do proc.
Nº 08-190 de 07

Adelina Cigone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

Sala das Sessões, em

*Região
Plenário
19*

15

13
C. 1.ª.ª

14
ANTONIO DONATO
VEREADOR

16
ch

12
insomano
11

7
my.
6

18
17

10
10

Silvano
5

10

9
4
ze

1

2

3



Nestlé pede, e Kassab reduz carne em sopa

Por solicitação da Nestlé, que queria participar de licitação, Prefeitura de São Paulo piorou a qualidade nutricional do alimento

Nutricionistas haviam previsto 7 kg de carne a cada 100 kg de sopa; com a mudança, administração passou a exigir só 0,5 kg

JOSÉ ERNESTO CREDENDIO
ALENCAR IZIDORO
DA REPORTAGEM LOCAL

A pedido da Nestlé, a Prefeitura de São Paulo decidiu reduzir a qualidade nutricional da sopa que pretende distribuir em um programa que irá reunir pais e alunos aos sábados nas escolas e creches municipais.

A gestão Gilberto Kassab (DEM) diminuiu a quantidade de carne, frango e verdura exigida na sopa depois de um apelo feito pela multinacional durante uma consulta pública para a compra do produto.

A previsão das nutricionistas do município era que uma das sopas tivesse 7 kg de carne, 2 kg de cenoura e 3 kg de "outras" hortaliças (por 100 kg de sopa desidratada a ser distribuída).

Com a mudança feita diante da manifestação da Nestlé, a mesma sopa deverá ter só 0,5 kg de carne, 0,8 kg de cenoura e 1 kg de "outras" hortaliças.

A redução na quantidade de carne, frango e verdura exigida na sopa é condenada pela presidente da Associação Brasileira de Nutrição, Andrea Galante, que também contesta a escolha

desse alimento para ser distribuído nas escolas municipais.

"Baixar a quantidade de verduras e hortaliças vai contra aquilo que preconiza a OMS [Organização Mundial da Saúde]. Uma maçã tem os mesmos nutrientes que uma porção dessa sopa, que ainda será servida em uma época de calor."

O edital prevê a compra de 750 t de sopa desidratada por mês. O programa, Sábado na Escola, está previsto para começar no final de semana.

O TCM (Tribunal de Contas do Município), no entanto, determinou ontem a suspensão do pregão que ocorreria hoje para definir a fornecedora.

Um dos motivos contestados pelo tribunal foi a exigência de que a entrega da sopa, com embalagem personalizada, come-

çasse no dia 15, três dias depois do anúncio do resultado.

O TCM avaliou que a condição só poderia ser atendida por alguém que já tivesse pronta toda a infra-estrutura para distribuição, algo que abriria margem para direcionamento.

R\$ 46 milhões

O TCM também considerou que a prefeitura precisa explicar a razão para a contratação de um único fornecedor do programa. Empresas menores alegam que apenas as grandes do segmento teriam condições de entregar as 750 t exigidas.

A Nestlé atualmente mantém contrato com a prefeitura para a distribuição de leite nas escolas, tendo pronta sua estrutura logística de entrega.

Tanto a multinacional como a gestão Kassab não quiseram se pronunciar ontem.

O valor total do contrato para a compra da sopa não foi informado pela prefeitura. Só na semana passada, Kassab destinou R\$ 46 milhões ao programa.

A prefeitura também atendeu a outro apelo da Nestlé: a inclusão de pimenta na sopa com carne, que é produzida pela multinacional.

A liberação foi considerada "estranha" pela Pink Alimentos, uma das concorrentes da licitação. Em quase quatro décadas fornecendo merenda escolar no país, a empresa afirma

[+] SAIBA MAIS:
PROGRAMA PRETENDE
ATENDER 130 ESCOLAS AOS
FINAIS DE SEMANA

O programa Sábado na Escola pretende atingir 1.300 unidades escolares de São Paulo —130 a cada fim de semana. O objetivo é reunir pais e alunos em atividades educacionais, culturais, esportivas e sociais nas escolas e creches do município. Quem frequentar os eventos receberá a sopa.



desconhecer outros casos de inclusão do produto.

Nutricionistas consultadas pela **Folha** também disseram que a pimenta não agrega nenhum valor nutritivo à sopa.

Na sua solicitação para alteração do edital de compra da sopa, a Nestlé alegou que a redução dos componentes permitiria a participação na licitação dos maiores fabricantes do setor, que costumam trabalhar com menor proporção dos referidos nutrientes. Sugeriu, dessa forma, uma formulação mais próxima dos produtos vendidos por ela no varejo.

A Secretaria de Gestão, em resposta à solicitação da empresa, acata a sugestão "a fim de possibilitar a participação do maior número de participantes na licitação", conforme ata obtida pela reportagem.

PÁG. C1

QUALIDADE NUTRICIONAL DAS SOPAS

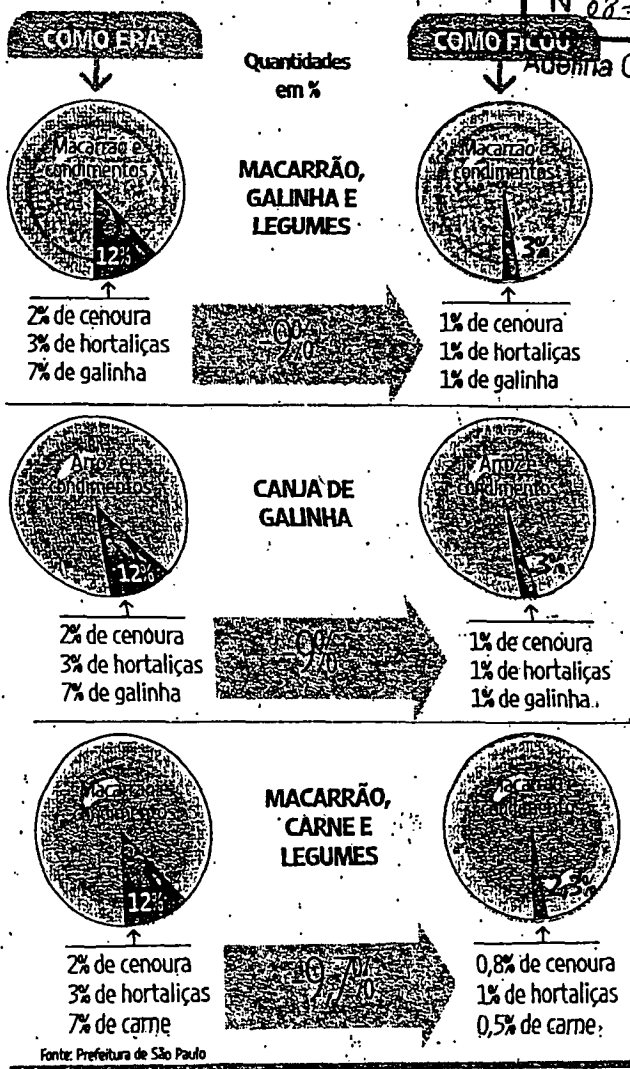
Prefeitura de SP diminui quantidade de alimentos a pedido de empresa

Folha nº 05 do proc.

Nº 08-190 de 07

Agência Cicone - Ass. Parlamentar

RF. 100.406





11/09/07

Folha nº 06 do proc.

Nº 08-190 do 07

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar

Merendeiras dizem receber prêmio para racionar comida em escolas

Cozinheiras afirmavam ganhar R\$ 40 de empresa para misturar água em molho servido a alunos

Práticas foram relatadas por nove cozinheiras de três escolas públicas paulistanas em vistorias do Conselho de Alimentação Escolar

ALENCAR IZIDORO
JOSE ERNESTO CREDENBIO
DA REPORTAGEM LOCAL

A maça é entregue aos alunos pela metade. Para a refeição

render, pedaços de frango são esmiuçados e misturados a legumes que não estavam previstos no cardápio. No molho de tomate joga-se bastante água — ajuda a gastar menos.

As práticas foram relatadas em agosto por nove cozinheiras de três escolas municipais da zona leste de São Paulo durante vistorias promovidas por um dos órgãos oficiais de fiscalização da merenda — o CAE (Conselho de Alimentação Escolar).

O órgão, formado por pais, professores e funcionários públicos, é responsável pelo controle das verbas da merenda e prepara relatórios ao governo federal sobre os problemas — que podem levar à suspensão de repasses da União.

As merendeiras das Emeis Vital Brasil e São Francisco e do CEI Jardim Colorado disseram ao conselho ter como “prêmio

de economia” um bônus mensal de R\$ 40 pago pela empresa terceirizada, a Nutriplus, contratada pela Prefeitura de São Paulo para realizar os serviços em 158 unidades escolares.

“Meu filho costuma chegar em casa morrendo de fome. O lanche que eles dão é muito pouco, deve estar faltando”, conta a mãe de um aluno de quatro anos da Emei Vital Brasil ouvida pela *Folha* na última terça — seu nome é preservado para não expor a criança.

A Nutriplus confirma a existência de um prêmio às merendeiras, mas afirma ser somente um incentivo “à qualidade do serviço como um todo”, e não à economia de alimentos.

A Prefeitura de São Paulo afirma que a investigação ainda não acabou, mas que vistorias realizadas nas escolas após a formalização das acusações não constataram os problemas.

A empresa afirmou à *Folha* que a entrega de só metade da maça visava facilitar a mastigação das crianças (que podiam repetir a porção) e era pedida pelas unidades. Ela é remunerada pela fruta inteira.

“Você acha que a maioria das crianças vai brincar e volta para pegar a segunda metade da maça? Não é mais fácil, então, a prefeitura pagar por meia maça?”, questiona José Ghiotto Neto, presidente e represen-

tante dos professores no CAE.

A Nutriplus disse que mudou seus procedimentos e que, a partir do dia 5, os alunos passaram a receber as duas metades da maça de uma só vez.

“As cozinheiras disseram que queriam economizar, em alguns casos mais de 50%”, diz José Pereira da Conceição Junior, terapeuta e membro do CAE como representante dos pais. Apesar das deficiências, ele se diz a favor da terceirização. “O modelo é bom. O problema é a forma como os serviços estão sendo prestados.”

Modelo em expansão

A terceirização da merenda — iniciada na gestão Marta Suplicy (PT) e ampliada em julho, na de Gilberto Kassab (DEM) — atinge 849 unidades (59% da

rede municipal). O índice antes era de 33%. Seis empresas fazem os serviços atualmente.

Pelo modelo, as empresas ficam responsáveis não só pela compra dos produtos mas pelo preparo nas escolas e distribuição da merenda aos alunos.

Trata-se, nas palavras do secretário municipal de Gestão, Januário Montone, de retirar das diretoras a função de comandante de uma cozinha industrial para que se dediquem ao trabalho de pedagogas.

Em 2006, a merenda de toda a rede custava R\$ 14 milhões



Folha nº 07 do 1992
Nº 08-190 de 07

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar

Repetição de merendas sofre controle, afirma relatório

DA REPORTAGEM LOCAL

por mês. Hoje, apenas com as terceirizadas, são R\$ 18 milhões por mês (sem somar a comida de 41% das unidades, preparada por agentes escolares).

A gestão Kassab diz que a comparação dos custos não é válida, pois não contabiliza todas as despesas da prefeitura no modelo tradicional com a mão-de-obra e a compra de novos utensílios de cozinha por parte das terceirizadas.

Das seis empresas que atuam em São Paulo, ao menos quatro — Nutriplus, SP Alimentação, Geraldo J. Coan e Sistal — são ou foram alvo de investigações em vários pontos do país por órgãos como a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público da União e dos Estados.

Foram constatados superfaturamento, suspeitas de corrupção, baixa qualidade do alimento e uso irregular de servidores públicos. As empresas negam as acusações.

Suspeita renovada

Nas zonas sul de São Paulo, a direção da Emef Cora Coralina questionou a pequena quantidade da comida dada às crianças pela empresa Sistal.

Reclamou, por exemplo, da inclusão de apenas metade da salsicha na refeição.

Além disso, agentes escolares eram deslocados para preparar e distribuir a merenda porque a terceirizada não dispunha de pessoal suficiente, apesar de receber pela mão-de-obra.

Procurada pela **Folha**, a empresa não se manifestou sobre as reclamações.

Desvio de servidores municipais para ajudar no preparo da merenda, facilidade das terceirizadas em manipular a comida com itens mais baratos e até um controle mais severo das repetições pelos alunos são pontos citados em relatórios parciais da Fipe sobre as empresas contratadas pela prefeitura para fornecer as refeições.

Eles constam de documentos aos quais a **Folha** teve acesso, preparados por técnicos do instituto ligado à USP que visitaram em torno de 20 unidades no primeiro semestre, como parte de um estudo encomendado pela gestão Kassab.

Num dos relatórios, a Fipe cita que "nas escolas com merenda direta [preparada pelos servidores municipais] as repetições são livres até terminar a quantidade preparada", enquanto nas terceirizadas "são severamente controladas".

A Secretaria de Gestão diz que todos os alunos podem repetir à vontade — embora, no caso das creches e Emefis, a empresa não seja remunerada se a criança quiser mais comida.

A nutricionista Joana d'Arc Mura, que é funcionária da prefeitura e, ao mesmo tempo, faz consultoria para a Aberc (Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas), adota um discurso diferente. "Não se pode colocar um monte porque aumenta a capacidade gástrica das crianças", diz.

Em uma Emef com 1185 alunos, pesquisadores da Fipe

apontaram no dia 22 de março haver "desvio de funcionários para ajudar na merenda mesmo sendo terceirizada". A empresa Coan ganhava pelo fornecimento da mão-de-obra, mas agentes escolares tinham que ajudá-la na função.

Outros "pontos críticos" citados pela Fipe: "facilidade da contratada em manipular a composição das refeições de acordo com itens mais baratos"; "qualidade dos alimentos"; e "manutenção de equipamentos insuficiente e mórbida".

Os técnicos da Fipe também citaram alguns pontos positivos da merenda sob controle privado, como "acompanhamento mais freqüente do nutricionista" e "redução do trabalho do diretor e de sua equipe, otimizando funções".

O secretário de Gestão, Januário Montone, diz que se trata de um estudo parcial, que ele não é conclusivo e que muitos problemas já foram solucionados nos novos contratos válidos a partir de 10 de julho.

Afirma que há erros em cálculos de custos e que a "a nossa equipe técnica recusou um relatório que a Fipe apresentou como conclusão desse trabalho" e pediu que fosse refeito.

Roberto Stern, da Fipe, diz que os relatórios parciais são "aspectos observados", mas que "falta rever e discutir detalhes de custos" para concluir a pesquisa. Um relatório preliminar viu diferenças de preços por refeição terceirizada superiores a 100% em relação ao modelo de gestão direta.



11/09/07

Folha nº 08 do proc.
Nº 08-190 de 07

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

MERENDA ESCOLAR
Terceirização do serviço
de alimentação em SP
COMO FUNCIONA
39%
de 133 unidades da
rede municipal de ensino
foram terceirizadas
em 2006. O valor médio
de compra por unidade
foi de R\$ 14 mil, mas
algumas chegaram a
R\$ 18 mil. Até julho
deste ano, não havia
registro de preços das escolas.

GASTO
R\$ 14 mil
O valor médio mensal de gastos
da Prefeitura de São Paulo com
a merenda escolar em 2006 foi
de R\$ 14 mil. O valor médio
previsto para este ano é de
R\$ 18 mil.
O valor médio mensal de gastos
da Prefeitura de São Paulo com
a merenda escolar em 2006 foi
de R\$ 14 mil. O valor médio
previsto para este ano é de
R\$ 18 mil.

PRINCIPAIS PROBLEMAS RELATADOS

1 PRÊMIO
Merendeiras terceirizadas de uma empresa da zona leste dizem ter recebido bônus mensal de R\$ 40 quando reduziram a quantidade de alguns alimentos do cardápio previsto. As profissionais foram estimuladas a:

2 DESVIO DE FUNÇÃO
Empresas pagas inclusive para contratar mão-de-obra própria usam agentes escolares municipais para ajudar no preparo e distribuição da refeição

3 ECONOMIA
Baixa qualidade de alimentos, armazenamento inadequado e manipulação do cardápio para compor as refeições de acordo com itens mais baratos

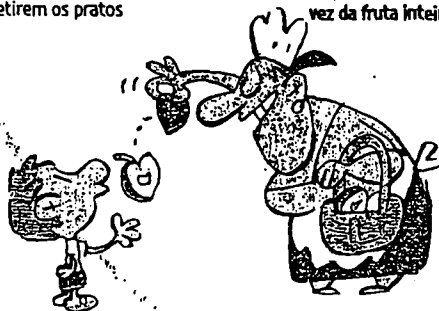
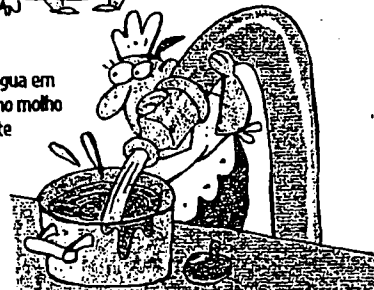
4 QUANTIDADE
Porções pequenas da refeição servida e falta de controle de seu peso, além da proibição às crianças de repetirem os pratos

Inserir água em excesso no molho de tomate

Misturar legume em cardápio que prevê só frango

Entregar só metade da maçã da sobremesa, em vez da fruta inteira

Desfazer os pedaços de frango em fiapos, para que o alimento renda mais misturado ao resto da comida, dificultando um controle da quantidade distribuída





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
Secretaria de Apoio Legislativo – SGP-2

Papel para informação, rubricado como folha nº 09

do processo n.º 08-190/07 09/01/2009 (a) Ad

À SGP-33
Sra. Supervisora,

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Solicito arquivar o presente processo, de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de Legislatura).

09/01/09


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Secretária de Apoio Legislativo
SGP-2

NEN: 74512

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL

Proc. encerrado com 09 fls.

Arquivado em 09/02/09

O Func.º [Assinatura]

José Roberto Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 100.702